

O restauro dos seis órgãos da Basílica do Palácio Nacional de Mafra

O carácter único dos seis órgãos da Basílica do Palácio Nacional de Mafra deriva não apenas do seu número e dimensão – já de si excepcionais – mas sobretudo do facto de terem sido construídos simultaneamente e de terem sido concebidos desde o início como um todo. A maioria dos conjuntos de vários órgãos existentes em igrejas europeias resultou da adição sucessiva de vários instrumentos ao longo do tempo e não de uma concepção global prioritária.

Os seis órgãos que actualmente podemos admirar na Basílica de Mafra datam do período da regência de D. João VI e resultam primariamente de um trabalho desenvolvido pelos organeiros Joaquim António Peres Fontanes e António Xavier Machado e Cerveira a partir de 1792, data em que este último foi nomeado «Administrador dos Reais Órgãos de Mafra».

[Os trabalhos prosseguiram ao longo de mais de uma década, tendo os seis instrumentos sido sucessivamente concluídos (ou inaugurados) entre 1806 e 1807. Nesse mesmo ano, a primeira invasão francesa e o subsequente exílio da Família Real no Brasil interromperam drasticamente a actividade musical na Basílica e a utilização normal dos seis órgãos. A partir da segunda década do século XIX, com a vitória definitiva sobre as tropas napoleónicas e o iminente regresso da Família Real, observou-se um aumento da actividade em torno dos órgãos de Mafra. Machado e Cerveira, que mantivera o cargo de Administrador, empreende uma campanha de renovação dos seis instrumentos. Todos os órgãos foram desmontados e sujeitos a intervenções que visaram a sua ampliação e adaptação a um ideal sonoro mais claramente pós-barroco (o processo de ampliação é particularmente evidente nos órgãos da Capela-Mor, originalmente muito menores do que os restantes). Esta intervenção de Machado e Cerveira nunca foi concluída, devido à sua morte em 1828 e às convulsões políticas que sucederam à morte de D. João VI em 1826 e que levariam ao eclodir de uma guerra civil que oporia liberais a absolutistas. Como consequência desta paragem dos trabalhos, o órgão de São Pedro de Alcântara (parede oriental do transepto Norte), entretanto desmontado, nunca chegaria a ser reconstruído.]

Só na década de 1990 começou a ser equacionada a possibilidade do restauro integral dos seis órgãos. Para isto muito contribuiu a troca de ideias decorrente do Encontro Internacional de Órgão, realizado em Mafra em Dezembro de 1994, assim como a análise dos materiais do órgão desmontado de São Pedro de Alcântara, descobertos nas caves do Palácio e identificados pelo organeiro Dinarte Machado no ano anterior. Os trabalhos iniciaram-se em 1998, quando uma parceria entre o Estado Português e um patrocinador privado (Barclays) pode viabilizar financeiramente o projecto. O trabalho foi confiado ao organeiro Dinarte Machado, dada a sua larga experiência em órgãos portugueses, especialmente da escola de António Xavier Machado e Cerveira e de Joaquim António Peres Fontanes. O trabalho foi confiado ao mestre organeiro Dinarte Machado, em virtude da sua vasta experiência com instrumentos portugueses do final do século XVIII. O organista João Vaz foi nomeado consultor permanente, tendo acompanhado de perto todos trabalhos desde a fase inicial. Dada a importância do restauro, foi também criado um grupo de apoio científico (constituído por Rui Vieira Nery, Andrea Marcon, José Luis

González Uriol, Gerhard Doderer e Rui Paiva) que, juntamente com o organeiro e o consultor permanente, definiu as linhas mestras da acção de restauro e tomou as decisões mais cruciais ao longo do processo.

Embora cada um dos órgãos tenha sido objecto de um trabalho separado, a noção de conjunto norteou a intervenção desde o início dos trabalhos. A filosofia do restauro assentou fundamentalmente em dois pontos: a aceitação do resultado da segunda intervenção de Machado e Cerveira como estado de maturidade dos instrumentos e, sobretudo, a visão dos seis órgãos como uma unidade indivisível. Desta forma, o trabalho desenvolvido ao longo desta última década visou, para além do restauro integral e da reparação de falhas resultantes nomeadamente de algumas intervenções anteriores, a harmonização equilibrada do conjunto.

[Para o órgão de São Pedro de Alcântara, cujos materiais sobreviventes datam da sua construção em 1807 por Joaquim António Peres Fontanes, optou-se pela reconstrução segundo a factura de Fontanes nos finais do século XVIII (só possível pela já referida experiência do organeiro em instrumentos daquele construtor) dando embora especial atenção à fase de harmonização com vista a garantir a sua inserção no conjunto.]